# Pontifícia Universidade Católica do Paraná Escola Politécnica Administração para Engenharia Finanças

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# SUMÁRIO

1. Considerações Iniciais	3
2. Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	5
2.1 Objetivo e Finalidade	5
2.2 A Estrutura da DRE	5
3. Balanço Patrimonial	8
3.1 Objetivo e Finalidade	8
3.2 A Estrutura do Balanço Patrimonial	8
4. Demonstração do Fluxo de Caixa	12
4.1 Objetivo e Finalidade	12
4.2 A Estrutura da DFC	12
5. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA	. 14
5.1 Objetivo e Finalidade	. 14
5.2 A Estrutura da DLPA	. 14
6. Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR	15
6.1 Objetivo e Finalidade	15
6.2 A Estrutura da DOAR	15
7. Referências Bibliográficas	17

# 1. Considerações Iniciais

Toda a empresa é avaliada segundo o êxito ou fracasso dos seus negócios. A avaliação é feita segundo os três aspectos financeiros principais:

- Lucro, isto é, realização de metas de lucro, por meio da efetivação das vendas e do controle dos custos e despesas;
- Saúde Financeira, isto é, decisão sobre a estrutura financeira da empresa e o controle da situação financeira e das condições de solvência dos negócios;
- Fluxo de caixa, isto é, geração de caixa a partir do lucro e de outras fontes.

TRACY (2000) resume estes aspectos no seguinte conceito-chave: "A sobrevivência da empresa depende da obtenção de lucro, da geração de caixa e da preservação da liquidez".

Esses objetivos somente podem ser atingidos se houver participação efetiva das demais áreas funcionais da empresa, isto é, comercial, produção e recursos humanos. Os responsáveis por estas áreas devem estar preocupados em desenvolver as melhores ações em suas áreas específicas, mas que sejam integradas e harmônicas, visando à otimização dos recursos da empresa.

As informações financeiras fundamentais da empresa são encontradas nas demonstrações financeiras. Elas são organizadas em três relatórios principais:

- Demonstração do Resultado do Exercício, que avalia as ações relacionadas à obtenção de lucro.
- Balanço Patrimonial, que permite avaliar a saúde financeira da empresa.
- Demonstração do Fluxo de Caixa, que avalia as condições de geração de caixa na empresa, bem como as origens e aplicações dos recursos.

Complementar aos relatórios principais, outros relatórios auxiliares também são utilizados:

- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos.

- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A análise das demonstrações financeiras tem como objetivo o estudo do desempenho econômico-financeiro das empresas, procurando identificar os fatores que determinam a situação atual da empresa e orientar as futuras ações com relação às tomadas de decisão administrativas.

As demonstrações financeiras têm, também, o objetivo de prestação de contas, ao governo, aos acionistas, aos possíveis investidores, à diretoria e, em alguns casos, aos colaboradores.

Estes relatórios permitem, ainda, a determinação de índices financeiros, que possibilitam a avaliação da empresa em um determinado instante, bem como a sua evolução em um determinado intervalo de tempo.

As notas explicativas complementam as demonstrações financeiras e tem como finalidade esclarecer os atos e fatos ocorridos e os procedimentos adotados ou modificados no decorrer do exercício que possam refletir sobre a situação econômica patrimonial da empresa tais como:

- Os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais como estoques, cálculo da depreciação, amortização e exaustão, constituições de provisões para encargos e riscos.
- Os investimentos relevantes em outras sociedades.
- As reavaliações realizadas.
- Os ônus reais que gravam os ativos da empresa, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes.
- A taxa de juros, os encargos financeiros, as datas de vencimentos e as garantias das obrigações de longo prazo.
- O número, espécies e classes das ações outorgadas e exercidas no exercício.
- As opções de compras de ações outorgadas e exercidas no exercício.
- Os ajustes de exercícios anteriores.
- Os eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da empresa.

# 2. Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

#### 2.1 Objetivo e Finalidade

A Demonstração do Resultado do Exercício - DRE tem como finalidade demonstrar a formação do resultado do período pela confrontação entre as receitas realizadas e as despesas incorridas no decorrer do exercício fiscal.

DRE mensais, por sua vez, são elaboradas com o objetivo de subsidiar os executivos na avaliação dos resultados parciais que vem sendo obtidos pela empresa, criando a possibilidade, se for o caso, da correção imediata dos rumos das operações.

Seu objetivo não é apenas fornecer o Resultado do Exercício, mas também, os elementos que o constituem. A apresentação desta demonstração deve ser feita da forma chamada "dedutiva", isto é, inicia-se com a Receita Total apurada nas operações de venda da qual são deduzidos os custos correspondentes, originando o Lucro Bruto.

A seguir , são deduzidas as despesas operacionais para atingir-se o lucro operacional, ao qual serão adicionados ou subtraídos os valores correspondentes aos resultados não-operacionais e, em seguida, o saldo da correção monetária do exercício, apurando-se, então, O Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda.

Finalmente, é deduzido o valor da Provisão Para Imposto de Renda, e as participações de terceiros (empregados, administradores, etc.), chegando-se assim ao resultado final que será denominado lucro ou prejuízo do exercício.

#### 2.2 A Estrutura da DRE

A seguir está apresentada a estrutura da DRE para dois anos consecutivos, de modo que se possa atender a legislação em vigor e possibilitar a realização de análises horizontal (evolução histórica das contas) e vertical (composição percentual das contas em relação à receita e/ou custos e despesas, para cada um dos anos).

#### Demonstração dos Resultados para os Exercícios findos em Anos Consecutivos

Receita Operacional Bruta Venda de Produtos Servicos Prestados

Deduções da Receita Bruta Impostos Incidentes Sobre Vendas Devoluções e Descontos

Receita Operacional Líquida

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Lucro Bruto

Despesas Operacionais Com Vendas Gerais e Administrativas Despesas Financeiras

Outras Receitas e Despesas Operacionais Resultados de Participações em Outras Sociedades Outras

Lucro Operacional

Resultados Não-Operacionais Ganhos de Capital (indicar natureza) Perdas de Capital (indicar natureza)

Resultado do Exercício Antes do I.R. e Participações

Provisão para Imposto de Renda

Participações e Contribuições
Debêntures
Empregados
Administradores
Partes Beneficiárias
Fundos de Assistência a Empregados

Lucro Líquido do Exercício

A DRE inicia com a apropriação da Receita de Vendas, isto é, o valor monetário correspondente ao total de produtos vendidos e/ou serviços prestados no período da demonstração. Eventuais juros de possíveis vendas a prazo também devem ser considerados, assim como o somatório de todas as parcelas. Este montante é denominado de Receita Operacional Bruta.

A primeira parcela a ser deduzida da receita de vendas são as Deduções da Receita Bruta, e que correspondente aos impostos, devoluções e descontos. O valor resultante é denominado de Receita Operacional Líquida.

A próxima parcela a ser deduzida, agora da Receita Operacional Líquida é a correspondente ao Custo dos Produtos Vendidos - CPV (e/ou Custo dos Serviços Prestados - CSP). O CPV (e/ou CSP) corresponde ao custo total de produção dos produtos (e/ou dos serviços) que foram efetivamente vendidos (e/ou prestados). Para a determinação deste custo de produção (e/ou serviços) devem ser considerados todos os gastos diretos com a produção (e/ou prestação dos serviços). O valor resultante desta diferença é o Lucro Bruto.

A parcela seguinte a ser considerada, corresponde às Despesas Operacionais. As despesas operacionais são de dois tipos:

- Despesas Operacionais com Vendas, cuja composição leva em consideração os gastos com pessoal da área de vendas, inclusive as comissões, com marketing, com a ocupação de espaços físicos da equipe, com a depreciação dos ativos utilizados, dentre outros;
- Despesas Operacionais Administrativas, cuja composição leva em consideração os gastos com apoio administrativo.

O resultado da dedução das despesas operacionais do lucro bruto é o Lucro Operacional. O lucro operacional também é denominado, por alguns autores, de Lucro Antes de Juros e Imposto de Renda – LAJIR.

Em seguida, o Lucro Operacional sofre a influência do pagamento (ou recebimento) de juros das operações financeiras realizadas pela empresa, isto é, das Despesas (Receitas) Financeiras. O resultado desta operação corresponde ao Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda – LAIR.

Sobre o LAIR incide uma alíquota de Imposto de Renda, isto é, um percentual do LAIR deve ser paga ao Governo a título de Imposto sobre o lucro.

Deduzido o imposto de renda tem-se o Lucro Líquido após o IR. Deste montante, são distribuídas as participações e os bônus e são remunerados os acionistas (pela distribuição de dividendos). O resultado final, após estas últimas deduções, é incorporado ao Patrimônio Líquido da empresa.

# 3. Balanço Patrimonial

# 3.1 Objetivo e Finalidade

O Balanço Patrimonial apresenta a demonstração resumida da posição financeira da empresa em um determinado momento. Ela confronta o que a empresa possui (Ativo) com as fontes de financiamento necessárias para a manutenção desses ativos, que podem ser oriundas das dívidas contraídas pela empresa (Passivo) ou de recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido).

O Balanço é o demonstrativo que apresenta em um determinado momento, como estão distribuídos os recursos utilizados pela empresa no decorrer do exercício nele disposto. Através dele, podem-se tirar bases para as próximas decisões administrativas a serem tomadas pela diretoria da empresa, prestam-se as contas exigidas legalmente pelo Governo, no encerramento de todos os exercícios fiscais e no final de cada período base para o Imposto de Renda, bem como, aos acionistas, futuros investidores e outras entidades interessadas no desenvolvimento da empresa.

#### 3.2 A Estrutura do Balanço Patrimonial

A seguir está apresentada a estrutura do Balanço Patrimonial para dois anos consecutivos, de modo que se possa atender a legislação em vigor e possibilitar a realização de análises horizontal (evolução histórica das contas) e vertical (composição percentual das contas em relação à receita e/ou custos e despesas, para cada um dos anos).

# Balanço Patrimonial

ATIVO	DAGGIVO		
ATIVO Circulante	PASSIVO Circulante		
	Fornecedores		
Disponível Caixa			
Bancos	Empréstimos Financeiros		
Aplicações no Mercado Aberto	Salários a Pagar		
	Impostos a Recolher Constituições Sociais a Recolher		
Cheques em Cobrança Direitos Realizáveis			
Duplicatas a Receber	Dividendos a Pagar		
(-) Duplicatas Descontadas	Provisão p/ Imposto de Renda		
(-) Prov. p/ Devedores Duvidosos	Provisão p/ Férias e 13° Salário		
Títulos e Valores Mobiliários	Provisão p/ Gratificação a Empregados Contas a Pagar		
Adiantamentos a Fornecedores	Contas a l'agai		
Dividendos a Receber	Exigível a Longo Prazo		
Estoques	Fornecedores		
Mercadorias	Financiamentos Bancários		
Produtos Acabados			
Produtos Acabados Produtos em Elaboração	Provisão p/ Imposto de Renda Empréstimos a Empresas Interligadas		
Matérias Primas	Créditos de Acionistas		
Materiais de Consumo	Financiamentos por Debêntures		
(-)Provisão p/ ajuste de estoque	Tinanciamentos por Desentures		
( )1 10 visuo pi ajuste de estoque	Resultado de Exercícios Futuros		
Realizável a Longo Prazo	Receitas de Exercícios Futuros		
Direitos Realizáveis	(-) Custos ou Despesas Atribuídos à		
Duplicatas a Receber	Receitas de Exercícios Futuros		
(-) Prov. p/ Devedores Duvidosos	Receitus de Exercicios i ataros		
Empréstimos a Empresas	Patrimônio Líquido		
Empréstimos a Sócios e Diretores	Capital Social Realizado		
	Capital Subscrito		
Ativo Permanente	(-) Capital a Integralizar		
Investimentos	(-) Ações em Tesouraria		
Participações Societárias	Reservas de Capital		
Imóveis para Renda	Reserva Ágio Subscrição de Ações		
Obras de Arte	Reserva de Doações e Subvenções		
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(-) Deságio - Subscrição de Ações		
Imobilizado	Reserva de Reavaliação		
Terrenos	Reserva de Reavaliação de Bens		
Edifícios	Reserva de Lucros		
Máquinas e Equipamentos	Reserva Legal		
Móveis e Utensílios	Reservas Estatutárias		
Instalações	Reservas p/ Contingências		
Veículos	Reservas de Lucros a Realizar		
Fundo de Comércio	Resultados Acumulados		
Marcas e Patentes	Lucros Acumulados		
Direitos Autorais	(-) Prejuízos Acumulados		
(-) Depreciação Acumulada			
(-) Amortização Acumulada			
Diferido			
Despesas Pré-Operacionais			
Despesas com Organização			
Despesas c/ Modernização			
Despesas c/ P&D			
Benfeitorias - Imóveis de Terceiros			
(-) Amortização Acumulada			

Um aspecto importante a ser considerado é como as contas do balanço patrimonial são divididas em curto prazo (evento, pagamento ou recebimento, deve ocorrer no prazo inferior a 1 ano) e longo prazo (evento deve ocorrer no prazo superior a 1 ano).

Assim, o ativo circulante contém as contas que serão convertidas em moeda no prazo de 1 ano. Já o passivo circulante contém as contas que deverão ser pagas, também neste intervalo de tempo.

As demais contas e o patrimônio líquido (recursos financeiros disponibilizados pelos acionistas) são de longo prazo ou permanentes.

O ativo da empresa é composto pela soma do ativo circulante (realizável no curto prazo) com o ativo permanente (realizável no longo prazo ou permanente).

O ativo circulante é composto das seguintes contas:

- Caixa, valor correspondente aos recursos financeiros no caixa da empresa;
- Aplicações, valor correspondente aos recursos financeiros aplicados em instituições financeiras;
- Clientes, valor correspondente aos recursos financeiros que devem ser pagos pelos clientes que compraram produtos a prazo;
- Estoques, valor correspondente à transformação dos componentes de matéria-prima e dos produtos finais que, por algum motivo, estão nos estoques da empresa em recursos financeiros.

O ativo permanente, por sua vez, é composto das seguintes contas:

- Terrenos, valor correspondente aos recursos financeiros utilizados na aquisição de terrenos;
- Prédios e Instalações, valor correspondente aos recursos financeiros utilizados na aquisição ou construção dos prédios e instalações;
- Linhas de Produção, valor correspondente aos recursos financeiros utilizados na aquisição de linhas de produção;
- Depreciação, valor monetário correspondente ao desgaste dos prédios e instalações e das linhas de produção, pela ação das atividades operacionais no decorrer do tempo.

O passivo da empresa é composto pela soma do passivo circulante (pagamento no curto prazo) com o exigível à longo prazo (pagamento no longo prazo).

O passivo circulante é composto pelas seguintes contas:

 Fornecedores, valor correspondente aos recursos financeiros que devem ser pagos aos fornecedores de componentes de matéria-prima; Outras contas, valor correspondente aos recursos financeiros que devem ser

pagos à outros credores da empresa por serviço prestado;

Impostos, valor correspondente ao imposto de renda devido pela empresa

pelo lucro auferido;

Participações e Dividendos, valor correspondente a percentual do lucro

obtido pela empresa e que deve ser pago a empregados e acionistas;

Empréstimos bancários, valor correspondente aos recursos tomados por

empréstimos de instituições financeiras.

O exigível à longo prazo, por sua vez, é composto dos empréstimos e

financiamentos contraídos pela empresa e que deverão ser pagos em prazos superiores a

1 ano.

Finalmente, a última conta do balanço patrimonial é o patrimônio líquido. O

patrimônio líquido corresponde a soma do capital social da empresa (valor aportado

pelos sócios para a constituição da empresa) com os lucros líquidos auferidos pela

atividade empresarial.

A equação matemática que rege o balanço patrimonial é:

$$A = P + PL$$

Onde A = Ativo

P = Passivo

PL = Patrimônio Liquido

ou, mais detalhadamente:

$$AC + AP = PC + ELP + PL$$

Onde AC = Ativo Circulante

AP = Ativo Permanente

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido.

# 4. Demonstração do Fluxo de Caixa

# 4.1 Objetivo e Finalidade

A Demonstração de Fluxos de Caixa disponibiliza subsídios para que se possa fazer uma avaliação sobre as origens e aplicações (destinos) dos recursos financeiros da empresa oriundos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os fluxos operacionais correspondem aos recursos financeiros, que entram (recebimentos) e saem (pagamentos) do caixa, que estão diretamente relacionados à produção e a comercialização dos produtos da empresa.

Os fluxos de investimento correspondem aos recursos financeiros associados à compra (pagamentos) e venda (recebimentos) de ativos permanentes.

Os fluxos de financiamento correspondem aos recursos financeiros associados à contratação e ao pagamento de empréstimos (curto prazo) e financiamentos (longo prazo), bem como ao pagamento de dividendos aos acionistas.

#### 4.2 A Estrutura da DFC

A seguir está apresentada a estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa para dois anos consecutivos, de modo que se possa atender a legislação em vigor e possibilitar a realização de análises horizontal (evolução histórica das contas) e vertical (composição percentual das contas em relação à receita e/ou custos e despesas, para cada um dos anos).

### Demonstração do Fluxo de Caixa

#### Fluxo de Caixa Proveniente:

#### Das Atividades Operacionais

- (+) Recebimento de Clientes e outros
- (-) Pagamentos a Fornecedores
- (-) Pagamento a Funcionários
- (-) Recolhimento de Impostos
- (-) Pagamentos à Credores
- (=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais

#### Das Atividades de Investimentos

- (+) Recebimento de Venda de Imobilizado
- (-) Aquisição de Ativo Permanente
- (+) Recebimento de Dividendos
- (=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos

#### Das Atividades de Financiamentos

- (+) Novos Empréstimos
- (-) Amortização de Empréstimos
- (+) Emissão de Debêntures
- (+) Integralização de Capital
- ( -) Pagamento de Dividendos
- (=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades de Financiamento

# AUMENTO/DIMINUIÇÃO NAS DISPONIBILIDADES

DISPONIBILIDADES - no início do período

DISPONIBILIDADES - no final do período

# 5. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA

# 5.1 Objetivo e Finalidade

Este demonstrativo é o elo de ligação entre Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Tem como finalidade demonstrar as modificações ocorridas no saldo de lucros ou prejuízos acumulados até o encerramento do exercício, que pelos ajustes dos exercícios anteriores, quer pela incorporação do resultado do próprio exercício, como também a destinação dada aos lucros acumulados.

#### 5.2 A Estrutura da DLPA

A seguir está apresentada a estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados para dois anos consecutivos, de modo que se possa atender a legislação em vigor e possibilitar a realização de análises horizontal (evolução histórica das contas) e vertical (composição percentual das contas em relação à receita e/ou custos e despesas, para cada um dos anos).

# Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Saldo Inicial do Período

- (+) Ajustes de Exercícios Anteriores
- (+) Correção Monetária do Saldo Inicial
- (+) Reversões de Reservas de Lucros
- (+) Resultado Líquido do Exercício
- (-) Transferência para Reservas de Lucros
- (-) Dividendos Propostos
- (-) Lucros Incorporados ao Capital
- (=) Saldo Final do Período

# 6. Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR

# 6.1 Objetivo e Finalidade

O objetivo dessa demonstração é transformar o resultado econômico obtido pela apuração do resultado do exercício em resultado financeiro, mostrando as modificações ocorridas, durante o período, no capital circulante líquido.

Convém observar que o resultado do exercício é apurado em obediência ao regime de competência, onde as receitas realizadas recebidas ou não, são confrontadas com as despesas incorridas pagas ou não.

Na realidade a denominação de Demonstração dá a entender que são apresentadas todas as movimentações de recursos, o que não é verdade, pois ela mostra somente aquelas que afetam o capital de giro.

#### 6.2 A Estrutura da DOAR

A seguir está apresentada a estrutura da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados para dois anos consecutivos, de modo que se possa atender a legislação em vigor e possibilitar a realização de análises horizontal (evolução histórica das contas) e vertical (composição percentual das contas em relação à receita e/ou custos e despesas, para cada um dos anos).

# Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

#### 1. Origens de recursos

- 1.1. resultado do exercício
- 1.2. despesas de depreciação, amortização e exaustão
- 1.3. resultado da correção monetária do balanço
- 1.4. ganho/perda por equivalência patrimonial
- 1.5. variação monetária
- 1.6. despesas com a constituições de provisões
- 1.7. variação do resultado de exercícios futuros
- 1.8. integralização do capital social
- 1.9. doações e subvenções recebidas
- 1.10. aumento das obrigações a longo prazo
- 1.11. reduções dos ativos realizáveis a longo prazo
- 1.12. reduções por alienação de bens e direitos do ativo permanente

# 2. Aplicações de recursos

- 2.1. dividendos distribuídos
- 2.2. aumento do ativo realizável a longo prazo
- 2.3. aumentos por aquisição do ativo permanente
- 2.4. redução do passivo exigível a longo prazo

# 3. Aumento ou redução do Capital Circulante Líquido = (1) - (2)

#### 4. Demonstração da variação do capital circulante líquido (CCL)

Componentes	ANO 1	ANO 2	DIFERENÇA
(+) Ativo Circulante	XX,XX	YY,YY	ZZ,ZZ
(-) Passivo Circulante	AA,AA	BB,BB	<u>CC,CC</u>
(=) Variação do CCL	DD,DD	EE,EE	$\mathbf{FF},\mathbf{FF}$

# 7. Referências Bibliográficas

BETHLEM, Agrícola. Estratégia empresarial: conceitos, processos e administração estratégica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRIGHAM, E.F.; GAPENSKI, L.C.; EHRHARDT, M.C. Administração financeira - teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B.H. Análise de Investimentos. São Paulo: Atlas, 1999.

CERTO, Samuel; PETER, J. Paul. Administração estratégica: Planejamento e implantação. São Paulo: Makron Books, 2005.

COSTA, E. Gestão Estratégica. São Paulo: Saraiva, 1998.

GITMAN, L.J. Princípios de administração financeira. 7.ª ed. São Paulo: Harbra, 1997.

LEMES JUNIOR, A.C.; RIGO, C.M.; CHEROBIM, A.P.M.S. Administração financeira - princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

TRACY, John. Finanças: idéias inovadoras. Rio de Janeiro: Campus, 2000.